



MINISTÉRIO DA ECONOMIA, FAZENDA E PLANEJAMENTO
SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTES

2.º PUBLICADO NO D.O.U.
De 28.07.94
C
C
F.C. Rubrica

Processo no 10467.003237/88-51

Sessão de 24 de agosto de 1993.
Recurso no 84.753
Recorrente HORACIO TAVARES e FILHOS LTDA.
Recorrida DRF EM JOÃO PESSOA - PB

ACORDADO Nº 202-05.962

FINSOCIAL-FATURAMENTO - Caracterizada a omissão de receita, legitima-se a exigência da contribuição.
Recurso negado.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos interposto por HORACIO TAVARES e FILHOS LTDA.

ACORDAM os Membros da Segunda Câmara do Segundo Conselho de Contribuintes, por unanimidade de votos, em negar provimento ao recurso. Ausente a Conselheira TERESA CRISTINA GONÇALVES PANTOJA..

Sala das Sessões, em 24 de agosto de 1993.

HELVIO ESCÓVEDO BARCELLOS - Presidente e Relator

p/ GUSTAVO DO AMARAL MARTINS - Procurador-Representante da Fazenda Nacional

VISTA EM SESSÃO DE 10 DEZ 1993

Participaram, ainda, do presente julgamento, os Conselheiros ELIO ROTHE, ANTONIO CARLOS BUENO RIBEIRO, OSVALDO TANCREDO DE OLIVEIRA, JOSE ANTONIO AROCHA DA CUNHA, TARASIO CAMPELO BORGES e JOSE CABRAL GAROFANO.

ADM



MINISTÉRIO DA ECONOMIA, FAZENDA E PLANEJAMENTO

SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTES

264

Processo no 10467.003287/88-51

Recurso no: 84.753

Acórdão no: 202-05.962

Recorrente: HORACIO TAVARES e FILHOS LTDA..

RELATÓRIO

Contra a empresa acima identificada foi lavrado, em 24/11/88, o auto de infração de fls. 06, onde se exige o pagamento da contribuição ao FINSOCIAL, no valor de Cr\$ 3.020,52, mais os acréscimos legais pertinentes, em decorrência de omissão de receita operacional, no ano de 1985, caracterizada pela existência de passivo fictício, apurada em fiscalização do IRPJ.

Em 09/01/89, a autuada apresentou a impugnação de fls. 11/16, onde alegou, preliminarmente, que se trata de uma decorrência de lançamento inexistente, uma vez que o fato gerador da obrigação principal, que lhe deu origem, foi absorvido pelo prejuízo fiscal declarado.

No mérito, reitera os argumentos expostos na impugnação pertencente ao IRPJ.

Na informação fiscal de fls. 19/23, referente ao processo dito matriz, o autuante excluiu da base de cálculo do imposto o valor de Cr\$ 544.247.875,00, mantendo o valor de Cr\$ 59.897.155,00.

As fls. 25, o Chefe da DIVITRI da DRF em João Pessoa-PB encaminhou os autos à DIVFIS, solicitando a emissão do auto de infração referente ao IRPJ, por entender que "para a lavratura do processo reflexo é necessária a existência de processo matriz que lhe dé origem".

Lavrado o mencionado auto de infração, foi reaberto prazo para impugnação, a contar da data da ciência, em 29/06/89, conforme AR de fls. 28.

Em tempo hábil, a autuada apresentou, às fls. 29/30, nova impugnação, na qual alegou, em síntese, que, dentre as parcelas mantidas pelo autuante em sua informação fiscal, duas deveriam ter sido excluídas: Cr\$ 7.097.399,00 e Cr\$ 46.566.162,00. Tais cheques foram depositados nas contas da impugnante, conforme registros contábeis, e tiveram por finalidade o pagamento junto aos bancos Real e Paraíba S/A às firmas envolvidas na operação.

Por fim, a autuada concordou em pagar o débito, conforme documento de fls. 31, requerendo o arquivamento do processo.



MINISTÉRIO DA ECONOMIA, FAZENDA E PLANEJAMENTO

SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTES

Processo no: 10467.003237/88-51
Acórdão no: 202-05.962

Em cumprimento ao despacho de fls. 41, o fiscal autuante lavrou, às fls. 43, termo complementar ao auto de infração de fls. 06, a fim de que fosse reaberto novo prazo para impugnação ou pagamento do crédito.

Devidamente científicada, a empresa apresentou a impugnação de fls. 47, onde reitera os argumentos expostos anteriormente.

Em decisão de fls. 62/63 a autoridade de primeira instância determinou o cumprimento do decidido no processo relativo ao IRPJ, que manteve, em parte, a ação fiscal para:

"EXCLUIR da Tributação no processo principal, e, em consequência, nos reflexos alcançados, as parcelas abaixo discriminadas:

EXERCICIO/PERÍODO-BASE	VALOR EM CR\$
1986 1985	962.950.724,00

HOMOLOGAR os recolhimentos abaixo especificados pelo seu valor originário, cabendo ao setor competente confirmar o pagamento e os cálculos dos encargos legais e da atualização monetária:

IMPOSTO/CONTRIBU. DARE/FLS.	PROCESSO No	VALOR EM NCZ\$
IR/FONTE 24	10467.003236/88-99	43,68
FINSOCIAL 31	10467.003237/88-51	0,03
PIS/FATURAMENTO 31	10467.003238/88-14	0,04

DECLARAR DEVIDAS as quantias abaixo especificadas, que devem ser acrescidas, por ocasião da liquidação dos débitos, de juros moratórios e multas:

IMPOSTO/CONTRIBUIÇÃO	EXERCICIO/PERÍODO-BASE	VALOR EM BTNE
IR/FONTE 1986	1985	1.034,08
PIS/FATURAMENTO 1986	1985	22,86
FINSOCIAL 1986	1985	20,68

IMPOR sobre as quantias acima, atualizadas monetariamente, as seguintes multas de ofícios:

IMPOSTO/CONTRIBU.	%	Art. 729,	ENQUADRAMENTO LEGAL
IR/FONTE	50	Art. 729,	I do Decreto 85.450/80 (RIR/80)
PIS/FATURAMENTO	50	Art. 86	parágrafo 1º da Lei 7.450/85
FINSOCIAL		Art. 86	parágrafo 1º da Lei 7.450/85"



MINISTÉRIO DA ECONOMIA, FAZENDA E PLANEJAMENTO

SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTES

Processo nº: 10467.003237/88-51

Acórdão nº: 202-05.962

Em tempo hábil, a empresa ingressou com o recurso de fls. 67, no qual vincula a sorte do presente feito ao julgamento do processo dito matriz, acrescentanto, ainda, que a decisão recorrida se encontra clevada de erros e omissões, quando demonstra existir uma parcela negativa de Cr\$ 40.222.845, em vez do valor de Cr\$ 59.857.155.

A secretaria desta Câmara providenciou a juntada aos autos da cópia do Acórdão nº 104-8.092, de 16/01/91, da Quarta Câmara do Primeiro Conselho de Contribuintes (fls. 75/82), que, como se vê, por unanimidade de votos, negou provimento ao recurso.

É o relatório.



MINISTÉRIO DA ECONOMIA, FAZENDA E PLANEJAMENTO

SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTES

Processo nº: 10467.003237/88-51

Acórdão nº: 202-05.962

VOTO DO CONSELHEIRO-RELATOR HELVIO ESCOVEDO BARCELLOS

Creio não haver muito a examinar no presente processo. A sentença deste processo estava, desde o inicio, vinculada ao que se decidisse no processo relativo ao IRPJ, tendo em vista a relação de causa e efeito criada entre ambos, eis que apoiados no mesmo suporte fático.

E naquele, como se pode ver no bem fundamentado voto condutor do acórdão respectivo, nenhuma razão lhe foi reconhecida, no que diz respeito à matéria versada no presente processo, ficando evidenciada a ocorrência de omissão de receita, tendo em vista a não-apresentação de provas capazes de infirmar a exigência. E sobre tal receita há de incidir a contribuição ao FINSOCIAL, na forma da legislação de regência.

Assim sendo, adotando como razões de decidir os fundamentos constantes do voto que compõe o Acórdão nº 104-8.092, juntado por cópia a fls. 75/82, voto por que se negue provimento ao recurso.

Sala das Sessões, em 24 de agosto de 1993.

HELVIO ESCOVEDO BARCELLOS